

Relatório da Audiência da CNTSS/CUT com o Ministério do Desenvolvimento Social

- **Data:** 08/08/2018
- **Local:** Sala de reuniões do Ministério do Desenvolvimento Social
- **Representantes do governo:** ministro Alberto Beltrame; diretor do Departamento de Benefícios Assistenciais e Previdenciários, André Rodrigues Veras; e assessora Tatianne
- **Representantes da CNTSS/CUT:** Sandro Alex de Oliveira Cezar, presidente da Confederação; Terezinha de Jesus Aguiar (Teca), secretária de Comunicação da Confederação; Pedro Totti, SINSSP; Ronilson, Sindprev DF; Élio Araújo de Oliveira, Sintsprev MS

A Audiência teve início com o presidente da CNTSS/CUT – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social, Sandro Cezar, destacando a importância do encontro, tendo em vista os problemas que se arrastam no INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, que vão desde o atendimento à população, o trabalho na Instituição e as dificuldades de acesso dos segurados às novas tecnologias implantadas com o “INSS digital” e com o “Meu INSS”. Observou, ainda, que o INSS não reconhece o atendimento espontâneo enquanto trabalho.

Segundo Sandro Cezar, trata-se de uma tarefa que requer força de trabalho. Com a falta de servidores para esse tipo de atendimento ocorre uma carga crescente de tarefas aos concessionários. Uma situação que tende a piorar tendo em vista o acelerado número de aposentadorias e as perspectivas de uma avalanche de aposentados em janeiro de 2019, diante do terceiro e último movimento de incorporação da gratificação de desempenho.

O ministro Alberto Beltrame destacou que em parte concordava com o que foi colocado e que o Ministério está preocupado, sim, com as possíveis aposentadorias. Informou que estão trabalhando para que esses impactos sejam resolvidos com o INSS Digital, além de realizarem estudos para retenção da força de trabalho com o objetivo de retardar as aposentadorias.

1- Servidores da JRPS - Junta de Recursos da Previdência Social: A CNTSS/CUT destacou a situação dos servidores nas JRSP que têm as

mesmas atribuições e exercem suas atividades no Seguro Social e estão na carreira da Seguridade Social (PST - Previdência, Saúde e Trabalho).

Em resposta, o ministro mostrou desconhecer do problema, mas que iria buscar mais informações sobre esta situação. Porém, acrescentou que se trata de uma questão a ser avaliada no Ministério do Planejamento.

- 2- INSS Digital:** A CNTSS/CUT levantou as dificuldades que as APSs – Agências da Previdência Social tradicionais estão tendo com a saída de servidores para compor as Agências Digitais. Este fenômeno vem esvaziando as unidades dificultando o atendimento aos segurados. Foi lembrado, ainda, a forma como foram definidos os pontos para cada um dos serviços (trabalho dos vários tipos de concessão - aposentadoria por contribuição, pensão por morte, aposentadoria rural e as pensões por morte entre outros serviços).

Em resposta, o ministro citou que o INSS Digital veio para ficar e que como todo programa tem seus problemas que serão solucionados no decorrer de cada momento. De acordo com as exigências, serão adequados com o tempo. Quanto à pontuação para os serviços dos administrativos, é muito difícil mensurar o trabalho destes profissionais. Muitas vezes mais de uma pessoa trabalha num mesmo processo, assim acontece na linha meio.

Reconheceu que precisa de estudos para chegar numa fórmula mais próxima possível para mensurar esse trabalho. Citou o exemplo dos médicos peritos onde houve maior facilidade para mensurar a pontuação, pois diz respeito a um trabalho individual. Mostrou-se aberto para receber contribuições dos servidores e da CNTSS/CUT, porém sugeriu que esse debate deve ser feito na direção geral do INSS.

- 3- Comitê de Carreiras:** A CNTSS/CUT cobrou a instalação do Comitê de Carreiras aprovado na Lei - 13.324/16 (acordo da greve de 2015). A Confederação, além de lembrar que os servidores estão sem reposição das perdas salariais, mais uma vez enfatizou a importância da instalação deste Comitê para os servidores tendo em vista a expectativa de crescimento profissional, passando pela antecipação do adicional de qualificação, seja de cursos de formação acadêmica e/ou cursos de qualificação profissional oferecidos pela Instituição.

O ministro Beltrame respondeu que sobre as perdas salariais deverá ocorrer discussão no MPOG. Quanto ao adicional de qualificação, sugeriu que deva acontecer no INSS a construção de uma proposta, inclusive levantando os impactos financeiros, para ser apresentada também no MPOG.

- 4- Bônus para os servidores administrativos:** A CNTSS/CUT solicitou informações sobre a concessão de um tipo de bônus para a concessão de benefícios desde a conclusão dos processos, dado que circula internamente no INSS.

O ministro Beltrame informou que esta é uma discussão que acontece no INSS, que está acompanhando e que a mesma deverá passar pelo Ministério do Planejamento, pois precisa de recursos orçamentários para sua implementação. Citou que é mais favorável a esse tipo de remuneração do que a gratificação de adicional de qualificação, pois será beneficiado quem estiver realizando o trabalho.

- 5- SIASS e as perícias médicas:** A CNTSS/CUT chamou a atenção do ministro sobre as dificuldades que os servidores do INSS estão enfrentando com a retirada dos peritos das unidades do SIASS – Subsistema Integral de Atenção à Saúde do Servidor no INSS, seja para realização de periciais iniciais ou prorrogação destas ou as altas para retorno ao trabalho. Lembrou que o SIASS é um projeto importante se implantado na sua integralidade. Os servidores vivem uma situação delicada, pois não sabem como fica a sua situação funcional diante da não realização da perícia. As equipes multiprofissionais nunca foram instaladas e agora para piorar não temos o profissional perito nas unidades.

O ministro destacou que para o MPOG foi uma intervenção indevida, porém, por outro lado, os peritos do INSS não têm atribuições da realização dessas periciais, cabe ao MPOG oferecer o profissional para periciar os servidores do INSS. Enquanto esta situação não é definida no MPOG, vamos conviver com os problemas, citou o ministro. A Confederação deixou claro que os servidores não podem ser prejudicados com uma situação que não depende deles a solução.

6- Concurso público e a convocação dos concursados: A CNTSS/CUT expôs sua preocupação quanto ao vencimento do concurso no último dia 04 de agosto sem que os concursados tivessem sido chamados. Mais uma vez lembrou da falta de mais de 16 mil servidores, segundo relatórios do próprio INSS, e que, no entanto, vence o concurso e estes não foram convocados.

Beltrame informou que a convocação depende do MPOG. Que todos os esforços da parte do MDS e do INSS foram mostrados, porém a decisão de não convocar cabe ao Planejamento.

7- Liberação de dirigentes sindicais para as atividades sindicais: A CNTSS/CUT reapresentou proposta gestada em administrações anteriores no INSS, que foi construída com as entidades representativas dos servidores acerca da liberação de dirigentes para atividades sindicais. Ou seja, tratam-se de atividades sindicais diárias, tais como reuniões da diretoria, assembleias, visitas nos locais de trabalho, e que estas liberações serão pontuais e previamente agendadas por algumas horas no dia. Foi levado ao conhecimento do ministro que esta proposta tramitou também no MDS e MPOG. Desta forma, as lideranças dos trabalhadores solicitaram a retomada de reanálise, objetivando discutir o pleito, pois não se trata de pedido de dirigente para o Sindicato, conforme trata a Lei 8.112/90.

Em atenção, o ministro sugeriu ao diretor do Departamento de Benefícios Assistenciais e Previdenciários, André Rodrigues Veras, a reanalisar o pedido da Confederação.

8- Avaliação da CNTSS/CUT sobre a Audiência: Para os dirigentes da CNTSS/CUT, a Audiência ocorreu com poucos resultados de concreto e que tudo foi remetido para a Direção Geral do INSS. Se é fato que o MDS tem o comando, mas ao INSS cabe a gestão, isso ficou claro nas respostas do ministro Beltrame, que sempre recorreu aos dirigentes do INSS ou ao MPOG.

Por outro lado, vale lembrar que estamos num momento da conjuntura muito difícil, em processo eleitoral onde haverá a indefinição do próximo

comando do governo central. Tudo isto acontecendo em meio a pressão do movimento sindical diante da crise econômica, política e social que o país atravessa.

Por fim, tendo em vista a importância e urgência destas audiências no MPOG e DG/INSS, solicitadas pela a CNTSS/CUT há mais de 30 dias, o presidente Sandro Cezar está fazendo contatos com as respectivas assessorias para agilizar a marcação das referidas audiências.

Secretaria de Comunicação da CNTSS/CUT
Terezinha de Jesus Aguiar (Teca)
Goiânia, agosto de 2018